



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7629

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluke Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais), firma convênio e Repassa Recursos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 16/03/2010

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 38/2010. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor de R\$60.000,00, para execução da Política Municipal de Meio Ambiente. (Referente à Lei nº 4.213, de 08/04/2010).

Controle Interno – Caixa: 5.1

Posição: 11

Número de folhas: 08

Espécie: PL
Categoria: Créditos
α: 5.1
Ordem: 11
nº fls: 06



14/2010
06.04.2010

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJTO DE LEI Nº 38/2010

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial
ao Orçamento Vigente.

R\$ 60.000,00

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 16/03/2010
- 2 - Comissão Fianças Orçamento e Tomada de Conmtas
- 3 - APROVADO EM 1º EM. 20.03.2010.
- 4 - APROVADO EM REGIME DE ORÇEN.
- 5 - CIDA EM. 06.04.2010
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

PROJETO DE LEI Nº 38
DE 15 DE MARÇO DE 2009.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO
ORÇAMENTO VIGENTE.**

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, destinado aos fins constantes na Lei Municipal nº 4.194 de 23 de dezembro de 2009, no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), através das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação: 02.10.02 – 18.541.0049.4039 - 335041
Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Dotação: 02.10.02 – 18.541.0049.4041 – 335041
Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

§ 1º – Para fazer face a abertura de crédito especial de que trata o artigo anterior fica autorizada a anulação parcial, até o limite de R \$60.000,00 (sessenta mil reais), da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 02.10.02 – 18.541.0049.1095 - 339000
Valor: R\$60.000,00 (sessenta mil reais)

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 15 de março de 2009.


Luiz Tadeu Leite /
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO TOMADA CONTAS
EM 16 DE MARÇO DE 2010
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 30 DE MARÇO DE 2010

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 06 DE ABRIL DE 2010

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
Gabinete do Prefeito
Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

Montes Claros (MG), 15 de março de 2010.

Exmo. Sr.
Vereador Athos Mameluque Mota
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 066 /2010
Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que *"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE."*

O presente projeto visa autorizar o repasse de recursos financeiros do Fundo do Meio Ambiente às entidades governamentais e não-governamentais, após aprovação do CODEMA.

Em razão da urgente necessidade de realizar de tal repasse, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
Gabinete do Prefeito
Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG – CEP 39 401-002

LEI Nº 4.194, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE ÀS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS, APÓS APROVAÇÃO DO CODEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, autorizado a repassar recursos financeiros do Fundo Unico de Meio Ambiente – FAMA às entidades governamentais e não-governamentais, destinadas à execução da Política Municipal de Meio Ambiente, por meio de financiamentos de programas e projetos ambientais implementados por essas entidades.

Parágrafo único – A concessão de repasses de recursos financeiros de que trata a presente Lei deverá ser previamente deliberada e aprovada pelo CODEMA.

Art. 2º – Para a concessão do repasse de recursos financeiros, a entidade beneficiada deverá atender às seguintes condições:

I – celebrar convênio e atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;

III – ter sido declarada de utilidade pública;

IV – comprovar a regularidade do mandato da diretoria, bem como estar em funcionamento nos últimos dois anos;

V – estar adimplente com as obrigações fiscais.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

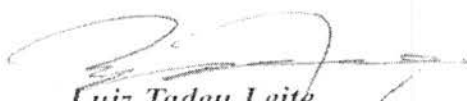
Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP: 39.401-002

Art. 3º - As entidades beneficiadas com a concessão do repasse de recursos financeiros de que trata a presente Lei submeter-se-ão à fiscalização da entidade concedente, através do envio da prestação de contas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Câmara Municipal / Comissão do Meio Ambiente, ao final do exercício financeiro.

Parágrafo único - Aplicar-se-á às concessões de repasses de recursos financeiros de que trata a presente Lei às normas estabelecidas no art. 116 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2010.

Montes Claros, 23 de dezembro de 2009


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 038/2010 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE” DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para abertura de crédito especial, bem como, para alterar o orçamento vigente é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 17 de março de 2010.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 038/2010

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 16/03/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 24/03/2010.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)).

Nos termos da Mensagem do Executivo, o referido projeto possibilitará o repasse financeiro do Fundo do Meio Ambiente para entidades governamentais e não governamentais, após aprovação do CODEMA.

No que se refere à questão financeira, o Executivo indicou dotações orçamentárias para arcar com as despesas decorrente desta lei.

Desta forma segue a conclusão:

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação do referido Projeto de Lei pelo plenário.

Sala das Comissões, 29 de março 2010.

Presidente: Rita Cristina de Souza Vieira:

Vice-Presidente: Antônio Silveira de Sá:

Relator: José Marcos Martins de Freitas

[Handwritten signatures of Rita Cristina de Souza Vieira, Antônio Silveira de Sá, and José Marcos Martins de Freitas]